



Comunidade de Prática
Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina

Sistematização
Primeiro Encontro - 04/10/2021
Das 10h às 13h (horário de Brasília) via plataforma Zoom.

**Respostas Educacionais frente às emergências nacionais em saúde -
COVID-19**



SUMÁRIO

Introdução	2
Abertura	3
Conferências:	
Respostas educativas frente às emergências nacionais em saúde COVID-19	3
Apresentação Rita Potyguara	4
Apresentação Elizabeth Riveros	6
Apresentação Hugo Reynaga	8
Debate	9
Salas de debate:	10
Pergunta 1- Quais são as expectativas da CdP sobre o tema: “Respostas educativas frente às emergências nacionais em saúde – Covid-19”?	
Pergunta 2 - Como a CdP pretende realizar as ações mencionadas na pergunta 1?	
Recomendações e próximos passos	13
Anexos	14
Padlet - Comunidade de Prática	14



Introdução

Os parceiros da Porticus no Brasil, Peru e Colômbia têm desenvolvido iniciativas para promoção do Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina que precisam ser fortalecidas a partir da troca de experiências dos projetos em cada um dos países. A criação de uma Comunidade de Prática latino-americana permitirá articular os projetos em andamento e conhecer outras experiências inovadoras em Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural, fomentando o processo de co-construção de conhecimentos e aprendizados significativos.

No dia 04 de outubro foi realizado virtualmente o 1º Encontro da Comunidade de Prática - Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina com o objetivo de organizar as atividades e os debates que serão desenvolvidos neste primeiro ano da Comunidade de Prática (CdP) sob a responsabilidade da FLACSO Brasil. Há um consenso entre os participantes de que a CdP será um espaço colaborativo de construção e troca de experiências para valorizar os processos próprios de ensino e aprendizado nos âmbitos locais/regionais e contribuir com a melhoria da educação intercultural na América Latina.

Além disso, o contexto da pandemia de Covid-19 provocou maiores impactos sobre os grupos étnicos, povos e comunidades tradicionais que, historicamente são populações vulneráveis e excluídas, de modo que se faz urgente à construção de propostas pertinentes e eficazes considerando os desafios e as especificidades em seus territórios.

Por fim, participar de uma Comunidade de Prática implica em um processo permanente de comprometimento e construção tanto individual como coletiva, que pode incluir encontros e reuniões virtuais e presenciais, síncronos e assíncronos ou a combinação deles e pesquisas de campo. Buscamos fomentar o intercâmbio de experiências entre os participantes da CdP para a criação de novas alternativas para solução de problemas comuns em nossos países e na região e com isso, esperamos contribuir na incidência das políticas públicas locais e nacionais.



Boa Leitura!

Abertura

O Primeiro Encontro da Comunidade de Prática - Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina” teve início com a boas vindas aos participantes e a descrição do nome escolhido para a CdP. Considerando que um dos objetivos da Comunidade de Prática é construir um diálogo entre diversos atores de organizações da sociedade civil, pesquisadores e professores no Brasil, Colômbia e Peru para troca de experiências e co-construção de aprendizagens significativas sobre o Desenvolvimento Integral e a Educação Intercultural na América Latina.

A equipe da Flacso Brasil - Renata Montechiare, Stella Cáceres e Amanda Marqui - será responsável pela organização e mediação da Comunidade de Prática neste primeiro ano de atividades. A comunicação será realizada pelo e-mail praticaseducativas@gmail.com

A agenda deste primeiro encontro é composta por duas partes: palestras de abertura sobre o tema “Respostas Educacionais frente às emergências nacionais em saúde - COVID-19”. Vale lembrar que este foi o primeiro tema escolhido para o subgrupo 1 da CdP e, portanto, será discutido ao longo de todo o ano. Para o subgrupo 2 foi aberta a votação dos temas¹ na plataforma *Mentimeter* e será apresentado no final do encontro. Na segunda parte os participantes foram separados em salas para debate sobre as expectativas e contribuições para a elaboração do Plano de Ações no primeiro ano da CdP relacionados ao tema do encontro.

I.Conferências:: Respostas educativas frente às emergências nacionais em saúde - COVID-19

As conferências tiveram como intuito apresentar o panorama das “Respostas educativas frente às emergências nacionais em saúde - COVID 19” no Brasil, Colômbia e

¹ “Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”; Projetos de vida (juventude); “Desenvolvimento de habilidades socioemocionais interculturais para a cidadania”; “Formação técnica” e “Participação”.



Peru a partir das experiências de atuação de três especialistas. Segue abaixo o mini currículo dos palestrantes:

Brasil: Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara)

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Conselho Estadual de Educação do Ceará. Foi conselheira do Conselho Nacional de Educação, relatora de normativas sobre direitos humanos e educação indígena. Exerceu o cargo de Coordenadora Geral de Educação Escolar Indígena e de Diretora de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais no Ministério da Educação.

Colômbia: Elizabeth Riveros

Diretora Executiva do Programa para a Melhoria de Qualidade da "Fe y Alegría". Psicóloga e licenciada em Filosofia e Ciências da Religião, com uma vasta gama de atividades de formação, nas quais têm sido oferecidos cargos de chefia e de docência em várias instituições. Contém uma experiência importante e reconhecida no domínio dos processos e sistemas da qualidade, tema que tem sido trabalhado especialmente nos últimos anos.

Peru: Hugo Reynaga

Atualmente é diretor-geral da Direção Geral de Educação Básica Alternativa, Serviços Interculturais Bilingües e Educacionais em Meio Rural, dependente da Vice-Diretoria de Gestão Pedagógica do Ministério da Educação, assumindo diversos cargos de confiança e liderando programas estratégicos no setor.

Apresentações

Rita Potyguara

O nome Comunidade Prática faz jus ao nome aos objetivos do projeto e o mais importante é poder traçar um plano de ação diante da inércia do governo, no caso do Brasil. Para ela, que está na cidade de Fortaleza, no Ceará, e nasceu em Crateús, no interior do Estado, é preciso ter como ponto de partida o reconhecimento da história indígena. Sua apresentação destacou três pontos:

1. A pandemia acentuou as desigualdades, uma tragédia ainda não quantificável, mas certamente atingiu os mais vulneráveis como indígenas, quilombolas e moradores do campo, quase sempre os mais invisíveis.

2. Nesse período, foi sentida a ausência da Coordenação Nacional do Ministério da Educação, que nada mais é do que um sintoma da política de desmantelamento geral do governo, a exemplo da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Perderam-se espaços de participação nos quais foi possível construir com uma perspectiva nacional ou política para a situação atual. A Comissão Técnica Nacional de Diversidade para os Assuntos Afro-Brasileiros da Educação - CADARA, também foi extinta.
3. É importante considerar o papel dos movimentos sociais que acumularam conquistas no campo da educação. Eles pressionam o Ministério da Educação para melhorar a infraestrutura precária e denunciam a falta de condições estruturais e higiênicas e de material didático. Os professores encontram-se em situação precária com baixos salários, sobrecarga de trabalho, contratação temporária e sem acesso a uma formação adequada e contínua.

É fundamental uma análise que considere os aspectos positivos da educação intercultural na conjuntura histórica no Brasil. Um ponto forte nesse sentido é reconstruir o que foi feito no cenário anterior para aprimorá-lo. O que existe é, de certa forma, resultado da construção de um estado democrático de direito, que na Constituição 1988 reconheceu a pluralidade dos sistemas de ensino distribuídos nos níveis municipal, estadual e nacional.

Existe no Brasil um órgão jurídico que enquadra as diretrizes do Conselho Nacional de Educação vinculado ao Ministério da Educação para uma educação intercultural, diferenciada para os povos indígenas, do campo e quilombolas. Graças a isso, graus para a educação na área foram criados ao lado de instituições de ensino superior e universidades. O fato de poder manter estes diplomas é um ponto a comemorar, bem como a existência de atores empenhados das mais diversas naturezas como ONGs, organismos internacionais e outras agências empenhadas na escola.

É preciso estar atento ao marco regulatório que nos protege e nos permite discutir dentro das diretrizes da Base Curricular Comum Nacional - BNCC a contextualização dos currículos às realidades locais (Artigo 8º, Resolução CNE/CEB nº 2 de 2017). O corpo jurídico nos permite abordar questões como os direitos humanos, o meio ambiente, a diversidade cultural, étnica e linguística alicerçada na interculturalidade.



É importante não apenas se arrepender e ver as coisas de uma perspectiva menos pessimista. Do lado positivo, é importante destacar o papel das secretarias estaduais e seus conselhos que rapidamente se organizaram para emitir diretrizes pedagógicas, ajustes de calendário e projetos pedagógicos. As secretarias municipais também se mobilizaram, disponibilizando materiais e equipamentos, embora não fossem suficientes. É necessário destacar como ponto alto o trabalho dos professores que se desdobraram para manter vínculos com os alunos e criaram formas de se manter presentes, seja por meio de atividades impressas ou do uso e aprendizagem de novas tecnologias. A pedagogia da alternância, que já era prática, foi fortalecida, bem como a utilização de espaços externos às salas de aula, como roças, áreas de pesca e caça e casas de oração. Esses espaços recuperaram seu potencial educativo. Por fim, cabe destacar o papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP na realização do censo escolar sobre a resposta do Brasil em termos educacionais à pandemia. Os dados dessa pesquisa mostram um quadro muito significativo.

Elizabeth Riveros

A partir de seu trabalho na gestão educacional de Fe y Alegría em 30 escolas rurais, Elizabeth sintetizou a experiência vivida durante a pandemia Covid-19, propôs também uma reflexão sobre o que significa voltar à escola. Duas questões nortearam sua intervenção: a que normalidade queremos voltar? Para onde a pandemia nos levou? Pois bem, sem as perguntas certas, são muitos os caminhos, pedir ajuda para direcionar nossas ações e escolher caminhos.

A lacuna nos processos educacionais foi ampliada com a pandemia e a garantia do direito à educação foi fortemente violada. Daí a necessidade de Fe y Alegría traçar uma estratégia educacional emergencial 2020-2024 priorizando quatro temas:

1. Acesso
2. Permanência
3. Conectividade
4. Realização de aprendizagem.

Esta estratégia é realizada a partir de três pressupostos:

1. Cuidar das pessoas e cultivar uma boa convivência em contextos de perda de espaço de individualização. Destaque para o termo Cidadania: cidadania para o cuidado;
2. Aumentar os níveis de aprendizagem dos alunos sem abrir mão da inovação tecnológica;
3. Conectividade: manter os alunos conectados sem perder nenhum por falta de acesso à Internet.

Também foi destacado que durante a emergência educativa foi necessário compreender quatro aspectos:

- Interação professor-aluno
- Faltando tempo na educação
- Condições de suporte em casa
- Desempenho em metas de aprendizagem

A partir de “Fe y Alegría” foi realizada uma análise e a partir dos dados sistematizados foram mapeados os avanços nos objetivos de aprendizagem sem se concentrar apenas nas realizações. Essa análise permitiu classificar o desempenho da população estudantil em: baixo, médio-alto e muito alto. A sistematização dos dados mostra diversos problemas como falta de acesso à internet, evasão escolar, falta de interação, entre outros. Considerando que a interação é muito importante e é o eixo da construção do conhecimento, a diminuição da capacidade de comunicação é preocupante. A sala virtual está cheia de crianças retraídas, muito silêncio e imobilidade, o que não é normal na sala de aula presencial.

Esses dados foram fundamentais para pensar em linhas estratégicas pensando no retorno presencial e alternativo e na readequação a partir dos ciclos formativos do ser. Também foi necessário pensar em estratégias de guias de trabalho casa-a-casa e de formação de professores, a partir de potencialidades e desafios.

- Vida interior
- Capacidades e competências
- Competência cidadã
- Autonomia educacional

Hugo Reynaga

O Plano Nacional de Emergência foi dado por Decreto Ministerial no segundo semestre de 2021². Esta foi uma forma pela qual o atual governo do Presidente Castillo pretende enfrentar os desafios do sistema educacional como um todo tendo em vista a pandemia de Covid-19 que aprofundou as lacunas e desigualdades sociais, impactando na aprendizagem e no bem-estar psicossocial com o aumento dos casos de depressão e ansiedade na população escolar.

Reconhecer que a educação também está em estado de emergência é uma oportunidade de trabalharmos juntos para superar a crise. Em qualquer caso, é necessário redimensionar a normalidade para pensar em um retorno massivo em pessoa.

Os objetivos do plano são:

- Recuperar e consolidar a aprendizagem de alunos da educação básica
- Impulsionar a inovação
- Fechando as lacunas de desigualdade e conectividade

A partir de seis eixos:

1. Retorno combinado, seguro, voluntário e gradual até 2022
2. Vacinação massiva e fornecimento de kits de higiene.
3. A escola como espaço seguro.
4. Recuperação e consolidação do aprendizado.
5. Garantir a continuidade educacional, reintegração de casa em casa
6. Suporte emocional aos estudantes e famílias

Hugo Reynaga reitera que a reflexão sobre como queremos que seja a escola quando se confirmar o retorno pleno é um eixo fundamental e não de chegadas. É preciso considerar

² Disponível em:

<https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/decreto-supremo-que-declara-en-emergencia-el-sistema-educati-decreto-supremo-no-014-2021-minedu-1983908-4/>



diversos campos da educação no retorno às aulas, como a busca ativa de estudantes com apoio das comunidades e a recuperação de aprendizagem com diálogo entre docentes, estudantes e famílias, como será o retorno híbrido e voluntário em 2021 e plano de nova presencialidade em 2022.

Também é preciso estar alerta para alguns indicadores educacionais como a porcentagem alta de depressão e ansiedade entre estudantes, os números de abandono escolar entre estudantes que deixaram a escola ou estão em risco de deixar.

Debate

Teresa Perez disse que o governo brasileiro tem muito a aprender com o Peru e lamenta a ausência de uma política governamental para enfrentar a pandemia na educação. O Brasil está experimentando o desgoverno em todos os níveis. Argumento compartilhado por André Lázaro em seu discurso ao afirmar que não há articulação nacional ou política coesa no Brasil, apenas iniciativas locais que criam soluções, mas que ainda não foram sistematizadas.

Para Óscar Sánchez, é importante destacar que o trabalho de Fe y Alegría é muito específico para uma entidade privada que tem se dedicado a trabalhar em apenas 60 escolas em um universo muito mais amplo, no qual a esfera pública não desenvolveu um plano como o do Peru. Na Colômbia não houve essa sinergia e houve uma grande disputa política sem acordo entre os atores. A situação colombiana é dramática e apresenta taxas de absenteísmo de 50%. Por isso, é importante pensar como promover políticas / trabalhos intersetoriais que convergem para garantir os direitos dos grupos vulneráveis?

Natacha Costa expressou sua admiração por Fe y Alegría, que encontrou parte das respostas no contexto local e na articulação de territórios, famílias e planos regionais.

Gloria Carrasco também demonstrou admiração pela iniciativa do governo peruano tão ausente dos contextos brasileiro e colombiano. A ação da Educapaz é limitada em escopo e sem interferências nas políticas públicas. Professores engajados que vão de casa em casa são empreendimentos isolados. As visitas de campo são dolorosas e verificam as estatísticas na medida em que a evasão escolar não mentem. As crianças não voltam, são presas fáceis e desmotivadas da violência e da economia ilegal. A escola não é mais

atraente do que as promessas imediatas de ilegalidade e informalidade. A questão de como valorizar a escola é fundamental no trabalho socioemocional com as comunidades.

Martín Vegas considera que a gestão no Peru deve ser menos centralizada e que é preciso exigir mais reconhecimento territorial regional, sem descuidar os esforços por uma política global que não deixe de lado as ações locais. Em sua visão, a meta de retorno do Ministério da Educação é conservadora e é preciso pensar na resistência dos professores, assim como é urgente entender a posição dos sindicatos, bem como as preocupações das famílias com as condições de higiene e infraestrutura. Com a pergunta: Como ser mais pedagógico, atendendo ao lado emocional do ser? Como fazer com que a matemática e o conteúdo em geral não sejam uma tortura para os alunos em uma educação? Martín Vegas encerrou seu discurso.

Elizabeth Riveros vê potencial na pergunta sobre a escola para a qual queremos voltar, ela acredita que a pandemia também é uma oportunidade para quebrar e repensar. O consenso é que é diferente de acordo com as necessidades de aprendizagem. Romper com a meta, com o curso e pensando mais no que a criança precisa, que pode ser em séries diferentes ou com professores que estão se afastando das metas. É necessária uma escola menos estática e mais sistêmica para uma aprendizagem mais abrangente e com dimensão sistêmica do contexto.

O debate em plenário terminou com a intervenção de Rita Potiguar que propõe a prática da pedagogia da indignação. Ela atende as operadoras da educação brasileira obcecadas em entender que currículo é conteúdo. Eles falam apenas de perda, de calendário civil e é realmente necessário superar a retórica da perda, assim como a retórica de recuperar o tempo perdido e ver a pandemia como conteúdo. Mortes por causa da pandemia também estão satisfeitas. Enfim, não existe um modelo único, existem soluções locais, mas é importante não cair na falsa simetria entre flexibilidade e precariedade.

II. Salas de debate: “Respostas educativas frente às emergências nacionais em saúde - COVID-19”

Neste momento do Encontro os participantes foram separados de forma aleatória em quatro grupos com a moderação da equipe da FLACSO Brasil para debate do tema “Respostas educativas frente às emergências nacionais em saúde-COVID 19”, que será abordado ao longo do primeiro ano da Comunidade de Prática. Para fomentar a discussão foram elaboradas duas questões norteadoras e utilizado o *Padlet* para o registro das contribuições dos participantes³.

Pergunta 1 - Quais as expectativas da CdP sobre o tema “Respostas educativas frente às emergências nacionais em saúde – Covid-19”?

- Escuta e mapeamento de experiências**

Algumas questões pertinentes

1. As desigualdades educacionais se aprofundaram na pandemia principalmente nas populações do campo.
2. Antes da pandemia os aspectos socioemocionais, o bem-estar e o desenvolvimento integral não eram devidamente contemplados nas práticas pedagógicas. A escola precisa cumprir essa função - aprender nesta situação emergencial, que fica depois.
3. Quais são os valores da sociedade a respeito da educação? Para além do discurso, como a sociedade se preocupa com a educação? Neste tempo de pandemia, se verificou que a educação não foi a principal temática de preocupação (não se priorizou a vacinação de professores, por exemplo). Não está na prioridade dos Estados.

Debate central: diálogo entre aprendizagem e contexto. Criação de sentido a partir dos contextos e realidades das crianças e jovens. Para isso, a escola precisa repensar a organização do tempo e do espaço. Escola como lugar de construção, busca, interação e escuta.

- ❖ *Intercâmbio de experiências inspiradoras dos diferentes países para apontar a nova escola, aberta e inclusiva.*
- ❖ *Promover espaços de trocas e co-construção: definir escolas para tentar uma pedagogia humanizadora, inovadora neste sentido dialógico.*
- ❖ *Participação de estudantes e profissionais da educação na CdP: relato de experiências*
- ❖ *Diálogo com gestores, professores e estudantes sobre as experiências vividas e o que*

³ O registro completo está nos anexos deste documento.

foi aprendido em termos de avaliação, de gestão das aprendizagens, de currículo, de acesso, etc.

- ❖ *Educação e tecnologia: desafios à conectividade, educação à distância, inovações tecnológicas*
- ❖ *Ouvir as escolas, professores e estudantes sobre o que aprendemos em termos de avaliação e currículo. Aprendemos muito nesse tempo e precisamos aproveitar esse conhecimento produzido.*

Pergunta 2 - Como a CdP pretende realizar as ações mencionadas na pergunta 1?

Produção de pesquisas e materiais

- ❖ *Produção de pesquisas e materiais audiovisuais para mapeamento de experiências de educação intercultural*
- ❖ *Identificar práticas inovadoras que permitam mudar as políticas e as pedagogias das escolas numa proposta mais inclusiva e intercultural*
- ❖ *Identificar práticas que nos permita construir conhecimento desde o retorno às atividades até a nova normalidade; e com isso a nova escola pode subsidiar políticas públicas*
- ❖ *Pensar em como contribuir para que no retorno pós-pandemia se tenha um currículo mais integrado que considere as experiências vividas e também as perdas de aprendizagens.*
- ❖ *Atenção às áreas integradas à educação, em especial direitos, saúde, proteção social, segurança alimentar. Convidar outras áreas para a CdP para co-construção de um trabalho intersectorial*
- ❖ *Articulação de organizações parceiras da sociedade civil nos territórios*

Resumo analítico

Em síntese, este primeiro encontro apontou para a necessidade de criar sentido a partir dos contextos e realidades de nossos países, exigindo que a escola repense a organização do tempo e do espaço. Uma escola mais contextualizada com a realidade precisa identificar práticas inovadoras que permitam mudar as políticas e pedagogias das escolas de forma inclusiva e intercultural. A pandemia foi apresentada como um grande desafio, mas também como uma oportunidade para repensar muitas práticas escolares.

Algumas questões mais pertinentes apresentadas foram:

- O período anterior a Covid-19 já era marcado por fortes desigualdades educacionais que se aprofundaram na pandemia, principalmente nas populações do campo.
- As questões socioemocionais e o bem-estar abrangente não eram devidamente

considerados na escola antes da pandemia. Se o espaço escolar precisa cumprir essa função, o que foi aprendido com essa situação de emergência?

- Quais são os valores que a sociedade tem em relação à educação? Além do discurso, como a sociedade se preocupa com a educação?
- Na pandemia, verificou-se que a educação não era a principal preocupação (a vacinação dos professores não foi priorizada, por exemplo).

O Plano de Ação da CdP caminha para a identificação de ações que nos permitam construir conhecimentos sobre o retorno à nova normalidade e a uma nova escola e, a partir daí, contribuir com políticas públicas a partir da articulação de organizações da sociedade civil nos territórios e regiões. Nesse sentido, é importante reiterar o diálogo entre aprendizagem e contexto e a criação de sentido a partir dos contextos e realidades de crianças e jovens. Para isso, a escola precisa repensar a organização do tempo e do espaço e se ver como um lugar de construção, busca, interação e escuta.

III. Recomendações e próximos passos

O tema mais votado pelos participantes para o subgrupo 2 da CdP foi “Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”. Será organizado um novo encontro da CdP em dezembro de 2021 para apresentação e discussão inicial do tema.

Nossa próxima reunião será no dia **20 de outubro** das **11:00 às 12:30hs** (horário de Brasília) por meio da plataforma ZOOM no link:

<https://us06web.zoom.us/j/89988725604?pwd=cGJ3bFpaMkNNWVRWelg5d2lKaGwzOT09>

O objetivo será apresentar o Plano de Ações referente ao tema “Respostas Educativas frente às emergências nacionais em saúde - COVID-19” a partir das reflexões das discussões em grupo e planejar o trabalho da equipe.

IV. Anexos

Padlet - Comunidade de Prática (04/10/2021)

Link: padlet.com/karensantos13/kzr3j6s3kithdve

Pergunta 1 - Quais as expectativas da CdP sobre o tema “Respostas educativas frente às emergências nacionais em saúde – Covid-19”?

Pergunta 2 - Como a CdP pretende realizar as ações mencionadas na pergunta 1?

GRUPO 1

- Pensar respuestas por ciclos: primera infancia (prioridades, experiencias, videos); média (prioridades en el término del ciclo educativo, sin apoyo familiar, sin conectividad).
- *Ouvir as dificuldades e os avanços*
- Atenção às áreas integradas à educação, em especial saúde e saúde mental. Trabalhos intersetoriais. Convidar outras áreas aqui para a CdP.
- Conocer desde otros campos del conocimiento además de la educación: salud, artes, educación no formal, medio ambiente.
- Aproximação da CdP com a gestão no nível local e nacional. Estabelecer práticas comuns de gestão para avançar para educação inclusiva e intercultural.
- Ouvir as escolas, professores e estudantes sobre o que aprendemos em termos de avaliação e currículo. Aprendemos muito nesse tempo e precisamos aproveitar esse conhecimento produzido.
- Identificar práticas inovadores que permitam mudar as políticas e as pedagogias das escolas numa proposta mais inclusiva e intercultural
- Compartir las problemáticas que aparecen en las experiencias de retorno, y como se están afrontando
- Trazer para a CdP as vozes de estudantes e professores. Seria bom ouvi-los aqui.
- Ter consciência mas clara das limitações em cada lugar: físicas, de orçamento, recursos humanos. Atenção para não reforçar problemas existentes.
- Identificar prácticas que desde la reflexión nos permita construir conocimiento del regreso a la nueva normalidad y a una nueva escuela y desde ahí aportar a políticas públicas
- Construir critérios compartilhados de monitoramento de nossas diferentes ações para identificar sinergias e desenvolver ações conjuntas
- Refletir sobre como pode ser essa nova escola, com meta de superação dessa crise emergencial. Oportunidade para aprender com o vivido e trocar com outros países.
- Ouvir as famílias sobre que escola esperam ter no retorno. Integrar participação às transformações da escola.

- Establecer algunos aprendizajes a partir de la comparación de situaciones, de respuestas
- *Intercambio de experiencias inspiradoras de los diferentes países, para apuntarle a la nueva escuela, abierta, incluyente*
- Aprender com as experiências diversas entre os países
- *Identificar e socializar boas experiências de respostas educativas.*
- *Precisamos dialogar com gestores, professores e estudantes sobre as experiências vividas e o que foi aprendido em termos de avaliação, de gestão das aprendizagens, de currículo, de acesso, etc*
- *De outro lado, precisamos pensar em como contribuir para que nesse retorno se tenha um currículo mais integrado que considere as experiências vividas e também as perdas de aprendizagens.*

Ações :

- Produção audiovisual para compartilhar experiências.
- Questionários/encuestas en los países para compartir experiencias.
- Fichas para rellenar experiencias en pocas palabras.
- Dar participação às comunidades.

GRUPO 2

- Preocupação com apagão de dados educacionais e sociais no Brasil
- Gestão democrática para articular comunidade e escola
- Atenção às infâncias invisibilizadas
- Gestão democrática das escolar
- Combinação de tecnologias para garantir direitos
- Escola é mais que escola: alimentação e outras formas de apoio aos estudantes
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação: guia dos guias
- Diálogo com os docentes e com os sindicatos: como está em cada país?
- Diagnóstico: famílias parecem estar desistindo da educação, nas cidades em que estão sendo feitas pesquisas
- *Construir plataforma de como gestionar la escuela*
- *mejorar alimentación, –*
- *modelo de gestión que nos deje saber lo funcionó y lo que no funcionó. este espacio es para aprende mas allá de los territorios, y pensarlos como región. La plataforma debería ser digital*
- *conectividad es gran desafío. El ano pasado hubo datos para los docentes, no es suficiente, es un problema de estructura.*
- *Puntos de internet: Internet se caes muy precario, todo se hace por teléfono celular*
- Modelo de intervenção territorial; política a serviço dessa estratégia de intervenção no território
- construir uma visão sistêmica da intervenção
- Desafios: construir os "comos" para lidar com cada desafio particular
- Superar a padronização de soluções
- escolas e redes com articulação comunitária enfrentaram com mais sucesso a crise
- trabalho intersetorial: direito à educação está associado à garantia dos demais

direitos; saúde, proteção social, segurança alimentar

- Articulações locais e colaborativos entre profissionais das redes e das escolas
- Conexão com as famílias e conhecimento das realidades sociais dos estudantes
- Busca ativa

GRUPO 3

- Realidade dos contextos amazônicos- falta de conexão, isolamento- complexidade de implementação de estratégias remotas. Ensino remoto como medida de emergência. Trabalho de articulação entre o ensino remoto e presencialidade- pensando em condições mínimas de conectividade. Outro desafio é superar estratégias baseadas em imagens e telas.
- Universidade: discussão sobre inovação e conexão. Formação específica de estudantes indígenas.
- Tema das lacunas sociais que aumentaram, junto com evasão, abandono. Entre as causas, estão a falta de conectividade e a questão socioeconômica (falta de equipamentos, busca de trabalho). Além de questões pedagógicas- professores que enviaram muitas atividades e estudantes não conseguiram entregar e então abandonaram. Expectativa de melhor interação entre estudantes e professores. Grande desafio: volta às aulas com a única preocupação de trabalhar conteúdos convencionais, sem diálogo com a realidade dos estudantes.
- Articulação inter institucional
- Análise de conjuntura
 1. Pré pandemia- forte inequidade que se aprofundou na pandemia (principalmente no campo).
 2. Antes da pandemia: parte sócio emocional/ bem estar/ integral) não era devidamente contemplada. A escola precisa cumprir essa função - aprender nesta situação emergencial, que fica depois.
 3. Valor da sociedade a respeito da educação. Para além do discurso, como a sociedade se preocupa com a educação? Neste tempo de pandemia, se verificou que a educação não foi a principal temática de preocupação (não se priorizou a vacinação de professores). Não está na prioridade... Sistematizar experiências vividas para enriquecer as políticas (aprendizagens para lidar com a educação integral). Gerar evidências que sustentem políticas públicas.
- Debate central: diálogo entre aprendizagem e contexto. Co-construção absolutamente necessária. Criação de sentido a partir dos contextos e realidades das crianças e jovens. Para isso, a escola precisa repensar a organização do tempo e do espaço. Escola como lugar de construção, busca, interação e escuta.
- mobilização social- diálogo escola comunidade
- respostas a partir da escuta dos territórios
- Identificar experiencias significativas que hayan integrado saberes desde otras áreas diferentes a la educación: salud mental, saneamiento básico, seguridad alimentaria, etc.